

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39735	52702/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCR [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

a) A alínea c) do artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que constitui receita dos municípios o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma;

b) De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º do mencionado diploma legal, os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

c) Tendo em consideração o quadro legal em vigor, nomeadamente o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aos municípios é permitido aprovar isenções de impostos em nome da tutela de interesses públicos relevantes, devidamente fundamentados;

d) Neste sentido, na alteração da Lei supramencionada, operada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, veio clarificar-se que os municípios podem deliberar a criação de isenções ou taxas reduzidas de derrama tendo por referência os seguintes critérios:

- Volume de negócios das empresas beneficiárias;
- Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no Município;
- Criação de emprego no Município.

e) O Município de Braga aprovou, em 2023, o Regulamento de Benefícios Fiscais no âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga (Aviso n.º 10795/2023, publicado na II série do Diário da República, de 1 de junho);



f) Este regulamento prevê, no número 2.º do artigo 14.ª, a isenção de Derrama Municipal para:

a. Os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior inferior ou igual a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros);

b. As empresas que apresentem CAE Principal 471, 472, 474, 475, 476, 477 478, 479, 561 e 563 e cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 600.000,00€ (seiscentos mil euros).

g) A comunicação da taxa aprovada à Autoridade Tributária e Aduaneira é feita por via eletrónica, até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação.

Considerando, ainda:

i. A derrama constitui uma receita própria relevante para o financiamento das atividades municipais, permitindo assegurar a execução do plano de investimentos em curso e a prestação de serviços essenciais à comunidade, contribuindo para a sustentabilidade financeira e equilíbrio orçamental do Município;

ii. A aplicação desta taxa incide exclusivamente sobre sujeitos passivos de IRC com um volume de negócios superior a 150.000,00 €, ou seja, sobre empresas de maior dimensão, garantindo que as micro e pequenas empresas não são oneradas, preservando a dinâmica económica local;

iii. A manutenção desta receita é fundamental para cumprir os objetivos estratégicos definidos no orçamento municipal, assegurando a capacidade de resposta às necessidades da população e o desenvolvimento equilibrado do território.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º e da alínea d), do nº 1, do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14.º, do nº 2 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que a Câmara Municipal delibere:

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma Derrama, relativa ao exercício económico de 2025 que será cobrada em 2026, nos seguintes moldes:

1. O lançamento de derrama, à taxa de 1,5%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

